

"Matei toda a minha cadeia de ponta": trajetórias de vidas de mulheres transexuais no Brasil para além da violência¹.

Raphaella Pereira dos Santos Câmara (ICS-ULisboa)

1. Introdução

Este trabalho em andamento é fruto do campo de pesquisa em São Paulo, capital, relacionado com o meu projeto de doutorado em antropologia, pelo Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa. De 10 entrevistas realizadas, no período de 2022 a 2023, previstas para apresentar neste artigo, mencionarei brevemente 5 com base na minha vivência enquanto estudante/pesquisadora no Centro de Acolhimento social 1² às mulheres transexuais (que se identificam do sexo feminino).

À título de localização, a zona fica na região do centro, marcada por grande diversidade social, cultural e pela existência de monumentos históricos. Por um lado, é uma área marcada por muita vulnerabilidade. Inclui ainda um conjunto habitacional, uma estrutura de assistência médica ambulatorial, uma unidade de pronto atendimento durante 24 horas por dia, além de instituição de reabilitação à dependência química e alguns centros de acolhimentos sociais. Por outro lado, a área tem uma rede extensa de restaurantes, lojas, repartições públicas e comércio.

Em termos institucionais, a minha entrada no Centro de Acolhimento 1 foi facilitada através da autorização do gestor que fez o convite para ir pessoalmente e acompanhar as diferentes trajetórias de vidas das mulheres e as dinâmicas internas e externas da instituição. No entanto, o objetivo deste trabalho é apresentar alguns relatos de forma a analisar as suas individualidades, relações com o passado-presente-futuro. Tais fatos são fundamentais para compreensão das experiências das mulheres que se identificam do sexo feminino, seus desejos, sentimentos, como se reconhecem, são vistas e tratadas nos diferentes contextos (violências de gênero, doméstica, exclusão familiar, sistema prisional, trabalho sexual).

Na presente investigação, e procurando dar continuidade aos seus objetivos específicos³, comecei por entrevistar um grupo de mulheres transexuais pelo Centro de Acolhimento 1 em

¹ VIII ENADIR: Grupo de Trabalho nº 17: Homofobia, transfobia e outras violências.

² Nome fictício. Mantenho o anonimato, respeitando a integridade física e imagem das minhas interlocutoras.

³ Os objetivos específicos do meu projeto de tese são: 1. Entrevistar os diferentes interlocutores(as): 1º mulheres transexuais; 2º profissionais da área do direito (juízes, delegadas da mulher, advogado(a)s), da saúde (médico(a)s, enfermeiro(a)s, assistentes sociais, psicólogo(a)s); 3º ativistas dos direitos humanos; 2. Traçar o perfil

São Paulo. Este apresenta uma média de 30 mulheres transexuais, travestis que são acolhidas, tem acompanhamento multidisciplinar (psicólogo, assistente social, educadores, operacional, gestor). Tracei um perfil dessas mulheres (que inclui elementos como naturalidade, raça, etnicidade, idade e escolaridade) para depois analisar as suas particularidades e trajetórias de vida. A partir desse viés, é importante compreender as suas narrativas, tendo em conta as manifestações de violência relatadas e os discursos da vitimização e resiliência. Durante a pesquisa, acompanhei as atividades (dinâmicas⁴; sessões de cinema; momentos de espiritualização; rodas de conversa; palestras; eventos; reuniões internas e externas com o psicólogo, o assistente social, o gestor da instituição e empresas parceiras; além dos atendimentos às mulheres transsexuais em situação de vulnerabilidade e risco), da referida casa.

Meu propósito não é fazer uma etnografia qualitativa do centro de acolhimento, mas ter como base a vivência, as relações e as dinâmicas construídas nesse espaço para entender melhor as mulheres transexuais e todo o sistema em que estão envolvidas, o processo de construção de identidade, de ressignificação, assim como os seus percursos, enfrentamentos ao acesso à saúde, à justiça e a direitos fundamentais que possam resgatar a sua dignidade e alcançar a sua cidadania. Nisso, as minhas idas à instituição permitiram-me acompanhar momentos de alegria, mas também tristeza e tensão.

Vi, por exemplo, algumas mulheres chegando machucadas por terem sido agredidas pelo(a)s companheiro(a)s, pois sofriam de violência doméstica. Presenciei ainda situações de envolvimento com uso de substâncias ilegais e bebidas em frente à instituição (que ocorrem na rua, pois dentro da instituição é proibido e pode gerar o desligamento⁵, ou seja, uma medida adotada que não permite permanecer no centro de acolhida, uma forma de punição), também discussões entre elas por usarem objetos umas das outras sem permissão. Além disso, acompanhei algumas sessões de terapia de redução de danos à saúde de uma das minhas entrevistadas; fui à escola com uma delas para realização da matrícula; assisti ao concurso de

(naturalidade, raça, etnicidade, idade, escolaridade, profissão e residência) das mulheres transexuais de forma a analisar as suas individualidades, discursos e trajetórias de vida (passado-presente-futuro); 3. Analisar os discursos das mulheres transexuais, tendo em conta as suas relações com as concepções do corpo, identidade e performatividade de gênero. Analisar ainda as manifestações de formas de violência e os discursos da vitimização e resiliência; 4. Averiguar a inserção das mulheres transexuais em movimentos associativos e a sua participação em debates ativistas em prol dos direitos humanos e em grupos feministas; 5. Acompanhar projetos de apoio e atendimento psicológico, jurídico e social, como o Centro de Acolhimento 1 em São Paulo, capital.

⁴ São ações realizadas em grupo em prol da valorização das mulheres transexuais e travestis acolhidas do Centro de Acolhimento 1. Promovem reflexões, conhecimentos, autonomia, autoestima, medidas de prevenção e proteção no âmbito da saúde, normativo e social.

⁵ Motivos dos desligamentos: Não ter frequência regular no Centro de Acolhimento social 1 (ausência por 3 dias seguidos sem justificativas ou comprovativo de doença, internamentos); qualquer tipo de agressão física, psicológicas, ameaças tanto para as demais mulheres transexuais como equipe técnica (assistente social, psicólogo), administrativa, operacional e educadores sociais.

Miss Trans Brasil, acompanhando as meninas; ajudei em oficinas, participei de eventos festivos, palestras, dentre outros momentos de partilhas e conhecimentos.

Geralmente, utilizei o diário de campo para fazer observações, anotações, fotografias e o gravador como recurso do celular para captar seus discursos, todos autorizados por voz no início das gravações. Mantive o anonimato, mesmo que tenham me autorizado a menção de cada nome, por questões de segurança e integridade da imagem, e apesar de uma das minhas interlocutoras ter sido filmada em praça pública no centro de São Paulo quando uma cafetina (nome popular para a profissional que agencia mulheres para o trabalho sexual) a ameaçou de morte e cortou todo o seu cabelo com uma tesoura, sendo que esse vídeo tem circulado em grupos de WhatsApp e outras redes sociais.

As conversas informais, entrevistas abertas e semiestruturadas foram caracterizadas por um conjunto de perguntas sobre identidade de gênero, trajetória de vida, trabalho sexual, prisão e violência doméstica, sistema de justiça, acesso aos cuidados da saúde (hormonização, hospitais e ambulatórios). Bem como, realizadas de modo esporádico, uma vez que alguns dias eram preenchidos com eventos (exemplos: palestras sobre saúde, IST⁶, encontros de Ioga, jogos de vôlei, dança, rodas de conversas, teatros) visitas de terceiros (empresas que apoiam à instituição, professores, funcionários de outros centros de acolhimentos, colegas⁷) ou atividades pedagógicas (dinâmicas de reflexão, rodas de conversa, aulas de inglês, etc.).

É por meio dos discursos das minhas interlocutoras, que tenho encontrado as representações acerca das suas experiências no âmbito familiar, laboral, no mundo das drogas e tenho procurado entender como esses eventos são constitutivos da sua própria identidade (em termos sociais e individuais). É essencial também procurar ouvir os discursos, que incluem as gírias, os seus relatos informais e os aspectos simbólicos aí presentes como aponta Geertz (1989). A análise relativista é uma ferramenta fundamental, na medida em que, entre outras coisas, nos ensina que não podemos compreender os fatos sem compreender o ponto de vista do outro.

2. Brasil: da violência doméstica ao país transfeminicídio.

A escolha do tema não surgiu por acaso, tendo em vista que o Brasil é considerado o país “transfeminicídio⁸”, com o maior número de casos de violência doméstica sobre mulheres (incluindo transexuais, segundo a organização Transgender Europe, <https://tgeu.org/>). No ano

⁶ Infecções Sexualmente Transmissíveis.

⁷ O Centro de Acolhimento 1 é aberto 24 horas por dia e ao público para quem deseja conhecer à instituição.

⁸ Assassinatos de mulheres travestis e transexuais.

de 2021, com 140 casos, 135 foram assassinatos de mulheres transexuais (Benevides & Nogueira, 2022). O meu contato prévio com algum(ma)s interlocutores(as) no país reforçou essa escolha, uma vez que a troca de experiências e a confiança com o(a) pesquisador(a), e vice-versa, são elementos fundamentais no processo de investigação. Daí a importância de manter uma postura ética no campo, quando se incluem histórias de vida.

No caso de assassinatos, muitas vezes esses dados se perdem nos próprios registros de ocorrência. Da mesma forma, nos laudos dos IMLs⁹, ignora-se a identidade de gênero da pessoa, se destoante do padrão sexual binário. Com isso, torna-se evidente que são os estados, as polícias e os órgãos de segurança, os responsáveis pela falta de dados e pela manutenção da subnotificação dos dados de assassinatos de pessoas trans no Brasil (Benevides & Nogueira, 2022).

Diante desses aspectos, foi aprovada Lei Maria da Penha (LMP) a 7 de agosto de 2006, entrando em vigor a 22 de setembro do mesmo ano, no governo de Lula da Silva (2003-2011), para punir o agressor e as práticas de violência no seio familiar, afetivo e doméstico, que causem morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico, dano moral ou patrimonial (Brasil, 2006). Inspirada na referida lei, surgiu em 2015 a Lei do Feminicídio no governo de Dilma Rousseff (2011-2016).

As leis relativas à violência doméstica e ao feminicídio são complementares e permitem analisar aspectos ligados ao gênero, mas também à raça e à classe social, que merecem ser articulados. Estas leis introduziram melhorias (Brasil, 2006; 2015), como o afastamento do agressor, prisão e assistência econômica à pessoa agredida, estimularam a discussão dos papéis de gênero e sua construção cultural (Scott, 1991; Butler, 2003). Contudo, a sua aplicação nem sempre é alargada ou reconhecidas a todas as mulheres, incluindo todas as pessoas que se identificam com o sexo feminino.

Embora as mulheres transexuais possam recorrer aos meios de comunicação e de denúncia (como o disque 100 e 180, Defensórias Públicas, Ministério Público, redes de proteção às pessoas que sofreram de violência doméstica ou centros de acolhimentos) ou ainda grupos virtuais de apoio (Facebook, Instagram, etc.). Tais meios não garantem que existam boletins de ocorrência, que as leis de proteção sejam aplicadas, ou que sejam tomadas medidas de apoio, o que não permite uma resposta eficaz dos serviços de proteção e assistencial. Por sofrerem violência, muitas dessas mulheres marginalizadas, subalternas, encontram-se “em uma posição

⁹ Instituto Médico Legal onde realiza os exames de corpo delito para comprovação da tortura ou agressão física, marcas de violências no corpo.

ainda mais periférica pelos problemas subjacentes às questões de gênero” (Spivak, 2014, p.17); além disso, por terem receio de denunciar os(as) agressores(as), as suas vozes acabam por ser silenciadas.

Por isso, é fundamental estimular a inclusão social, incentivo as informações, criação de políticas públicas e ações de combate a violência doméstica. As organizações enquanto redes de pessoas envolvidas em todo o processo influenciam nesse contexto, no modo que visem o reconhecimento da identidade de gênero, o tratamento igualitário dessas mulheres no âmbito normativo, sanitário e social, individual ou coletivas, para fazerem valer os seus direitos.

3. Vivências e narrativas de mulheres transexuais

Caso 1: L., 43 anos, desempregada, negra, ensino fundamental I¹⁰, natural do Paraná, já faz 22 que mora em São Paulo.

Perguntei se poderia relatar suas experiências neste processo de construção da identidade de gênero e quais momentos marcaram sua vida. Ela relata:

Especialmente hoje, retorno ao Centro de Acolhimento 1 onde eu já convivi algum tempo; tive uma vivência e amadurecimento e saí por conta de um relacionamento que é abusivo, ainda estou tentando me desvincular dele – com um homem hétero. Um homem que começou a colocar obstáculos na minha vivência e dificuldades em mim. Ou seja, a pessoa que eu tinha escolhido viver comigo para me fazer bem foi a pessoa com quem mais produziu para me fazer mal. Tanto que aparentemente me trouxe essa destruição que você está vendo e psicologicamente não foi mais grave por conta do aprendizado de tantos anos de sofrimento, de cadeia. Poderia ter sido pior. Sou filha adotiva, minha mãe biológica me deixou no lixo do hospital. A família que me adotou também me abandonou por conta de ser mulher trans. Então são dois abandonos. Com isso, fui para as ruas com 16 anos e conheci uma outra pessoa. Essa pessoa, me dediquei a ela porque eu era muito jovem e precisava acreditar em alguém e esse me rendeu 13 anos e 8 meses de cadeia, em São Paulo. Conheci ele e me apaixonei, resolvi trabalhar para ajudá-lo e ele me atrapalhou. Mandou eu buscar uma quantidade muito grande de drogas. Isso me rendeu 13 anos. Quando saí do presídio, pela primeira vez depois de 3 anos, não era mais a mesma menina, tive uma briga com ele, brigamos e eu acabei matando, ficando pelo período de mais 10 anos. Sem dúvida, agi em legítima defesa. Entendendo hoje, com o amadurecimento e sofrimento, eu dei muita importância para aquele que

¹⁰ É um dos níveis de ensino da educação básica no Brasil, obrigatório. Tem duração de 9 anos. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o ensino fundamental I tem o tempo de 5 anos (6 anos de idade aos 11 anos).

queria o meu mal e fiquei pior ainda. Nesse período prisional, em me tornei portadora de HIV, sofri estupros, muita violência (L., entrevista pessoal, no mês de fevereiro de 2022).

Questionei então se ela me poderia contar sobre esses episódios de violência dentro do sistema prisional e como era vista e tratada pelo sistema de justiça¹¹.

Então, o que acontece é o seguinte: o mundo carcerário é muito complicado de se lidar, porque muitas das pessoas que são presas, são pessoas difíceis de entender e conviver com elas, como os funcionários também. Existem funcionários que vai tratar a mulher trans como uma mulher. Hoje, tenho o nome retificado, não sei como seria nos dias de hoje, a divisão nas celas diante do nome retificado. Quando fui presa, tinha o nome de homem, tive de ficar numa cadeia masculina. Mas há uma cela para as monas, travestis e trans onde permaneci, só que o convívio é junto com todos os homens. Não tem como você correr de nada. - ‘Você é a bola da vez!’ Se tem uma droga na cadeia, vai querer a gente para resolver. Se tem uma lavagem de roupa, somos nós, meninas. Fui presa e não tive ninguém por mim, tinha de me virar sozinha. Eu tinha a opção de me prostituir para sobreviver ou de fazer um corre. Preferi fazer um corre, abri uma lavanderia, lavava roupas para homens como uma forma de me manter, ter um cigarro, comer doces, guloseimas, ter seu dinheiro do percurso. Eu pegava as roupas dos ladrões para lavar em troca de algo, um maço de cigarro, por exemplo. (...) Hoje, vivo com muita clareza e determinação. Não vou falar para você que fui vítima de violência o tempo todo, porque desde o princípio eu vi que tomei um rumo diferente, não era o rumo que deveria ser. Mas era confortável para mim. Se hoje, nesse momento com toda a vontade de me retomar, começar de novo, é por coragem e assumir que a maior culpada de todos esses danos, nos últimos anos da minha vida, fui eu mesma. Quanto aos castigos na cadeira, é muita solitária, surra. Se tiver uma indisciplina, dependendo da discussão, briga, ou se você quer alguma droga, vai para a solitária; eu fiquei dois meses, é você e você. Não participava dos banhos de sol, de nada, a alimentação é jogada pela janelinha; no espaço tem uma cama de alvenaria, um buraco e cano que é o banheiro, tudo muito precário. Já na cela, chegamos a ficar 30 onde caberia apenas 16 pessoas. Não é porque temos prioridade, é por causa do preconceito, só quem se relacionava com a gente é que ficava nessa cela.¹² (L., entrevista pessoal, no mês de fevereiro de 2022).

¹¹ A Convenção da Organização das Nações Unidas conceitua a tortura como qualquer ato pelo qual uma violenta dor ou sofrimento, físico ou mental, é infligindo intencionalmente a uma pessoa, com o propósito de puni-la por um ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido, ou seja, suspeita de ter cometido, de intimidar ou coagir ela, baseada na discriminação de qualquer espécie (Resolução 39/46, 1984). Na perspectiva de Salla (2014, p. 378), a prisão serve como “uma ameaça, uma intimidação para outros indivíduos não cometerem novos atos criminosos. [...] As prisões têm se mostrado incapazes de operar uma transformação moral nos indivíduos para melhor acomodá-los dentro da sociedade”. Nesse sentido, a prisão tem um efeito simbólico, performático, representativo e de poder.

¹² Neste mês de março de 2022, L. foi desligada do Centro de Acolhimento 1 devido ter voltado para seu companheiro e ficou ausente durante 4 dias sem justificativas. No dia 3 de março desse ano, quando fui para instituição me deparei com ela na calçada, deitada com seu companheiro no colchão, estava chovendo. No momento, ela apresentou rapidamente um laudo médico comprovando que apresentava sintomas de pneumonia. Posteriormente, a equipe técnica da instituição (assistente social e psicólogo) conseguiu vaga de encaminhamento para outros centros de acolhimentos por não possuir vagas disponíveis na instituição 1. Diante desta situação, L.

Sobre a violência enquanto pessoa que também transgrediu, questionei se chegou a recorrer à delegacia, defensoria ou Ministério Público e sobre sua visão à respeito do acesso à justiça no Brasil.

Não, não, nunca recorri à justiça. Duas vezes ele me bateu, uma passou batida, na outra abri ele todinho que levou 12 pontos. Nunca mais me bateu. Peguei um pedaço de louça, retalhei ele, ele xingou muito, mas não colocou a mão em mim mais. É aquela questão que falamos antes, há pessoas e pessoas. De repente tenho a sorte de ir para a delegacia e ser bem recebida, acolhida, respeitada como também a delegada olhar para mim e dizer: - ‘e aí veado?’ Isso pode acontecer quando policiais, delegados, assistentes sociais, todas as pessoas que trabalham na área pública, o importante é eles entenderem a pessoa e o que está fazendo lá, o motivo, sem julgamentos. Hoje, prefiro recorrer à justiça com meus próprios méritos, usar minhas mãos para me defender, porque na delegacia não vai dar em nada (L., entrevista pessoal, no mês de fevereiro de 2022).

Também perguntei se já chegou a trabalhar como profissional do sexo, fora da prisão, como meio de sobrevivência, ao que respondeu:

Já cheguei a me prostituir apenas quando era mais nova, foi uma vivência maravilhosa. Tinha 16 anos, novinha, pequenininha, sempre fui muito fresquinha, então me dei bem, porém me relacionei com um cara bastante cedo e esse cara me rendeu a juventude toda dentro do presídio como contei antes. Cumpri toda a pena e quando sai do presídio eu desmaiei, fui liberada às 8h da manhã, mas só consegui sair por volta das 16h da tarde. Nunca acreditei que sairia da cadeia por conta do meu histórico de homicídio, drogas, castigos, demorei a sair. Você quer, mas não acredita, ou você acredita, mas não quer, e vice-versa. Quando isso acontece é muito louco, não sei explicar qual a sensação, só sei que é única, de liberdade. Ninguém me recebeu quando saí da cadeia. No primeiro momento, fui para Campinas, interior de São Paulo, procurar meus pais, mas não quiseram me receber, não me aceitaram (L., entrevista pessoal, no mês de fevereiro de 2022).

Sobre a sua vivência, e como mensagem final da entrevista, ela sorriu e suspirando, disse:

A gente nunca deve perder as esperanças, o que nos motiva na vida é a experiência e acreditar em você. Não podemos desistir da gente, o que é seu, é seu! Você pode jogar para o alto, mas um dia cai na sua mão. Eu joguei para o alto, queria fazer dinheiro, fumar pedra e fui presa. Fazer dinheiro é fácil, só não aparece dinheiro para comprar remédio, alimentos, de resto ele vem, existem milhares de maneiras, é fato

recusou as propostas e preferiu continuar com seu companheiro na rua até que surgisse vaga no Centro de Acolhimento 1 novamente.

no mundo. Se for para droga, você acha no chão. O universo tem uma negatividade muito grande, quando você é submissa, você se torna frágil para esses tipos de coisas e aquela maldade, incapacidade, diminuição vai rodando sobre você (L., entrevista pessoal, no mês de fevereiro de 2022).

Caso 2: I., 24 anos, estudante do ensino fundamental I, natural de São Paulo, branca.

Da infância aos dias de hoje, I. conta como foi o processo de transição da sua identidade de gênero e a rejeição familiar.

Voltei para São Paulo, capital, com meu pai aos seis anos de idade. Conheci minha primeira madrasta que era o satanás comigo, vivia me espancando e meu pai nem aí¹³, porque na época ele era alcoólico. Aos sete anos, conheci minha segunda madrasta; foi um amor de pessoa e a única da minha família inteira a que eu tive a vontade de me revelar uma mulher trans. Eu me via a menina no espelho. Olhava para o espelho e me via de cabelão, desde que me conheço por gente, nunca vi a figura masculina, sempre via a I. Quanto às brincadeiras, sempre brincava com os meninos, naquela intuição de: - ‘Ah, vem aqui!’ Aí, quando eu iria brincar com as meninas, meu pai me batia, na frente de todo mundo, dizendo: isso é coisa de veado, vá brincar com os meninos que você é homem, você não é menininha para ficar com meninas. Com oito anos de idade fui morar no orfanato por causa desse preconceito besta dele. A diretora da escola é que me colocou depois que fiquei chegando no colégio com o olho roxo. Voltava para casa nos finais de semana para ficar com minha madrasta e meu pai que me prometia mudar, não iria fazer mais isso comigo. Nisso eu já estava tomando hormônio escondido. A primeira injeção foi a minha madrasta que me deu aos oito anos porque ela era enfermeira. Ela falou assim: você quer ser menina, então você tem de começar desde cedo para mais na frente você não sofrer mais preconceitos. Foi ali que eu comecei, nisso fiquei parando. Quando eu ia para casa, meu pai já via que eu estava ficando mais feminina, que eu estava a cara da minha mãe biológica e meu pai não aceitou a morte da minha mãe. Nisso eu andava cheia de faixa no peito, imensa de hormônios, cabelo sempre no coque, preso e sem maquiagem. Até que no dia do meu aniversário de 12 anos, meu pai falou assim: - ‘Tire essa camiseta porque eu quero ver uma coisa’. E eu tirei. Me questionou sobre a faixa. Eu disse que foi jogando bola com os meninos, mas ele me deu um tapa na cara. Ele disse: - ‘Você vai tirar essa faixa agora!’ Tirei e ele viu, os peitos pulando na frente dele. Perguntei o que ele queria ver, foi na hora que ele me deu outro tapa na cara e foi dormir, não curtiu meu aniversário nenhum. Foi aí que bati a cabeça e fiquei em coma por sete meses. Nisso que bati a cabeça, meu pai me deu três facadas. Olha as cicatrizes. (Nessa altura ela me mostra uma por uma). Ele tentou me matar. Quem ligou para o hospital foi minha madrasta e meus irmãos por parte dela. Depois de sete meses em coma na UTI, acordei e falei: a partir de hoje não sou mais filha dele. Minha madrasta dormia comigo, não saía por nada de lá. Mesmo em coma, escutava a voz dela. Depois já me assumia como I. O nome foi de um sonho. Minha madrasta ficou na época grávida do meu pai, só que ela perdeu e nesse sonho ela tinha dado o nome de I., foi disso que veio meu nome, eu sou a minha irmã. Ela cuidou

¹³ Expressão informal que remete a ideia de desprezo, desinteresse, indiferença, ignorar.

de mim como se eu fosse o último ser humano na vida dela (I., entrevista pessoal, no mês de fevereiro de 2022).

Caso 3: B., 30 anos, estudante do ensino fundamental II¹⁴, branca, natural de São Paulo.

B., relata a seguir sobre a sua trajetória de vida e processo de transição da identidade de gênero, envolvendo a infância, família, o mundo do trabalho sexual, das drogas ilegais e da prisão:

Comecei a me prostituir com 15 anos de idade, na época meus pais me colocaram para fora de casa por ser uma mulher trans; são muçulmanos e foi quando entrei na prostituição e fui para casa de uma cafetina (B., entrevista pessoal realizada em fevereiro de 2022).

Sobre o processo de transição, desde pequena B., tinha cabelo comprido, usava roupas, sapatos da minha irmã, escondido dos seus pais com medo de represálias.

Eu disse que não iria cortar, ele me perguntou se eu era gay e eu disse que não, sou uma mulher, queria ser igual às transexuais e travestis. Eu lembro que a gente passava o dia de sexta-feira e sábado perto de um ponto de prostituição de carro com meu pai; eu olhava aquelas meninas na rua bombadas e de silicone, meu olho brilhava. Eu já sabia que era uma transexual. Quando neguei cortar o cabelo, meu pai me deu um tapa na cara e disse que a partir de hoje, eu esquecesse que eu tenho um pai e eu era um filho. Minha mãe por seguir os costumes dele, foi com ele (B., entrevista pessoal realizada em fevereiro de 2022).

Perguntei se poderia relatar sobre as agressões e violências sofridas, principalmente a doméstica, envolvendo o seio familiar e laboral.

Eu e minha irmã fomos abusadas sexualmente do meu pai durante seis anos (nesse momento B. chora em silêncio). O que é mais foda para mim é saber que a pessoa que nunca deveria me julgar é a pessoa que mais julga até hoje. Ele abusou de mim e é alcoólatra. Naquela época, com 15 anos, apanhávamos na rua pelo alibã (polícia); se alguma bicha gritava alibã, já sabíamos que era a polícia vindo. Eu era magrinha, entrava debaixo dos carros quando a viatura passava. Já apanhei muito de polícia, já me estupraram, de comer-nos e vocês vão fazer programa com a gente, zoavam com nossa cara, vestíamos a roupa depois do programa e saíamos. Até hoje é assim. A polícia para a gente, quer o programa e não pagam. Um fica olhando a viatura, o outro faz o programa com a gente no banco de trás, depois pega e vão embora, gozam na nossa boca, colocam a arma na nossa cintura. Eu costumo falar que quem carrega a bandeira do

¹⁴ Na rede básica do Brasil, o ensino fundamental II contempla entre 11 aos 14 anos de idade, com duração de 3 anos.

LGBTQIAPN+ são as mulheres transexuais e travestis porque entramos nessa vida de trabalho sexual não é por questão de escolha. É difícil ver uma transexual trabalhando em caixa de mercado, numa loja como vendedora, na padaria, na faculdade, escolas, em lugar nenhum. Ou é subemprego, cabeleireira que investe para fazer um curso, alguém bem de vida, que nasce já assim com dinheiro, ou prostituição. (B., entrevista pessoal realizada em fevereiro de 2022).

Ainda relata mais situações vivenciadas de violência.

Morei numa barraca de quatro lugares, meu marido era também usuário de crack, eu não fazia mais programas, apenas saía nas ruas pedindo dinheiro, moedas. Teve um dia que cheguei na barra e ele estava devendo para dois caras, eles entraram onde eu estava na barraca e pagaram a dívida na biqueira, me estupraram. Eu falei que não iria transar, mas fui obrigada porque minha vida estava em jogo, um deles segurou meu pescoço e disse: - 'se eu morrer, você morre também'. Tive que transar com os dois caras que meu marido devia. Na hora que meu marido deu às costas para os caras quando foi pegar a droga, eu só catei a roupa que estava e fui embora. Só saí de chinelo, calça e moletom. Era um domingo, fui para a maloca¹⁵ de uma bicha em outra zona e depois consegui uma vaga no Centro de Acolhimento 1. Na mesma semana, ele foi preso, a casa caiu. A bicha que dormi na maloca dela, espalhou a notícia que eu estava morta, que me mataram no parque ao lado da praça Y. É uma praça de prostituição e uso de crack. Às vezes quando brigava com ele, cheirava pó e ia para lá onde tinha essa minha amiga, mas as outras bichas tinham inveja porque eu era carne nova, andava bonita, queriam me matar. Todos até hoje acham que estou morta e fui assassinada à facada nessa praça. Ele não sabe que estou viva e soube que ele conseguiu sair da cadeia. Meu medo, é ele descobrir porque ele estava louco pela minha cabeça. Mana, eu passei 16 anos da minha vida na noite, é para leão, não é para gatinho. Onde eu passei descalça, muita gente não passa de carro blindado (B., entrevista pessoal realizada em fevereiro de 2022).

Sobre o nosso sistema de justiça. B., comenta:

É babado e muito louco. Vou falar como ser humano e não como uma mulher transexual. Ninguém sabe o motivo que te leva para a prisão; uma criança ou adolescente que começa a traficar para se sustentar, ou em casa não ter apoio dos pais, a mulher se prostituir, a violência, o custeio de um medicamento que o SUS¹⁶ deveria dar e não tem. Pode merecer ser presa, mas não merece comer uma comida azeda de três dias, a bóia¹⁷, sem ter um banheiro, é muito desumano. Não é apenas na cadeia essa realidade, mas nos hospitais e em todos os lugares (B., entrevista pessoal realizada em fevereiro de 2022).

¹⁵ Maloca significa cabana, habitação em ruas, praças. A maioria são feitas de lonas (material plástico para proteção de objeto ou pessoa) ou tendas de campismo.

¹⁶ Sistema Único de Saúde.

¹⁷ Expressão utilizada para designar um prato de comida.

Caso 4. V., 24 anos, branca, ensino fundamental I, natural de Manaus, residente em São Paulo.

Perguntei sobre as diferentes situações de violência, se poderia comentar sobre sua trajetória.

Então amiga, é uma das coisas que eu venho escondendo há muito tempo, entendeu? Me sentia muito presa nessa situação em relação ao meu pai. Parece uma coisa assim bem chocante, né? Já fala, nossa, vai ver, vai ver que é por isso que você virou trans. Acho que você já nasce trans, entendeu? Só que você nasce no corpo errado. Até que você desenvolva isso para a pessoa que já te vê, é mais difícil. Com o meu pai, foi um pouco difícil porque não aceitava e veio o assédio do meu pai, ele se relacionou comigo quanto menor de idade. Então eu não podia dizer nada. A minha mãe veio saber dessa história já quando eu tinha uns 18 anos que eu contei para uma irmã, ela pegou e contou para minha mãe. Eu estava tomando banho na cachoeira que a minha mãe tem aí minha irmã pegou e soltou. E minha mãe veio para cima de mim. Eu falei que não era mentira. Só que ela falou assim: - é melhor você falar a verdade do que você ficar com consciência pesada e não querer contar para ninguém. Aí foi quando eu falei e tal. Eu era menor de idade ainda, aí foi quando eu falei para minha avó e para minha mãe sobre o meu pai, mas não acreditaram em mim e chegaram a comentar com meu pai. Ele me bateu e disse que era mentira e disse para parar com essas coisas, que não tinha acontecido nada. Mas até hoje guardo isso comigo, não consigo esquecer. Não saio contando para qualquer pessoa que eu saio porque ninguém vai resolver esse meu problema. É um passado meu lá trás e acho que só tem de ser mostrado numa ocasião muito bem especial. Até então, quando falei dessa situação no jantar que fui, todo mundo ficou espantado, dizendo: - Nossa senhora! Mas assim é triste, foi triste pra mim. Ter que guardar todo esse tempo essa causa. Quando contei para minha família, queriam uma confirmação. Não sei contar do começo ao fim como é que aconteceu. Não sei se ele estava alcoolizado, se tinha bebido. Agora, ele já não bebe mais. Não converso com o meu pai e todo mundo pensa que tenho mágoas dele, mas não tenho. Minha mãe se separou do meu pai, tenho 6 irmãos contando comigo, sou a do meio (V., entrevista pessoal realizada em novembro de 2021).

Caso 5: E., branca, estudante universitária, 22 anos, brasileira, Ceará.

Em relação à sua infância, descreve:

Eu sempre fui uma menina afeminada desde pequena, adorava dançar Joelma, da banda Calypso, coloca adereços na cabeça, toalha, roupa, salto e ficava dançando. Sobre meu pai, não tenho contato com ele, minha mãe se separou quando eu tinha 1 ano de idade, mas algumas vezes eu iria para casa da minha avó paterna e não tinha muito contato próximo, não podia fazer nada, tinha que me comportar com jeito de homem sempre. Também com a família da minha mãe não tinha tanto apego. Minha mãe me trata ainda no masculino, com ignorância, não me respeita e não respeita o meu nome, não me enxerga como E. e por isso evito de conversar com ela por causa disso. Quando completei 18 anos, minha mãe disse que eu tinha que sair de casa, que eu era um homem, de maior e era para se virar. Disse que homem tem que trabalhar desde cedo e mandou eu procurar meu rumo. Tem também meu padrasto com quem ela convive até hoje, felizmente. Ele já abusou de mim e tentou outras vezes e minha mãe sabia, presenciou ele com

o órgão genital duro na minha cara, ereto e desde então fiquei com a mágoa, receio guardado dela. Às vezes toco nesse assunto porque tenho um irmão pequeno e tenho medo do pai dele se aproveitar e fazer alguma coisa como fez comigo. Ela não fez nada mesmo e se faz de doida quando falo, por isso tenho pouco contato e o único diálogo que tenho é quando me pede dinheiro ou meus irmãos, tenho que dar. Sempre ajudo eles com muito ou pouco, tem mês que mando mais de 2x por mês e vou mandando. Hoje em dia, minha mãe não trabalha, fica cuidado dos meus irmãos pequenos e meu padrasto é metalúrgico. Infelizmente, minha mãe é minha vida! Não consigo ter aquele remeço grande como meus irmãos têm sobre ela. Acho que sou diferente (E., entrevista pessoal realizada em março de 2022).

Enquanto ao trabalho sexual, alega é marcada por uma vida muito dura, de sobrevivência. Vejamos:

Filha, já apanhei tantas vezes. Tem que pagar a cafetina, a rua. Quando você entra na prostituição e principalmente, se for trans ou travesti, é bem diferente. Eu mesma, já trabalhei em bordel, casa privada, fechada, mas era muito puxado. Tinha vez que eu precisava atender uns 15 clientes por dia. O programa variava entre 50,00 e 100,00 reais, dava um dinheiro bom final da noite. Toda noite, eu tinha que pagar uma parte para ficar e dormir na casa, fora comida, tudo. Tudo eu tinha que pagar ou o cliente que tivesse comigo. Como era muito homem, a maioria queria sair comigo. Por exemplo, eu ficava no bordel exposta, tinha umas cabines como uma vitrine e podia ficar como eu quisesse, nua ou com roupa, lingerie. Saía um homem do quarto, entrava outro, não pode dispensar cliente, você é obrigada a sair e se um cliente quiser sair com você, não pode recusar. Ele diz: - quero essa! Você não tem escolha, se não come no seu rabo¹⁸, é tipo um prejuízo que a casa vai ter. O dono ou a cafetinha vai dizer assim: - ah, você não quis sair com ele, perdeu 100,00 reais porque 40,00 reais era da casa. Nisso, descontavam ou eu tinha que pagar do meu bolso (E., entrevista pessoal realizada em março de 2022).

Sobre a motivação para os projetos de vida, E. argumenta:

Eu sempre quis estudar, vontade, mas tinha muito medo da escola. Eu já sofri muito com isso de repressão escolar, exemplo: não poder usar o banheiro. Ser piadinha de chacota de colegas, isso me desgostava aos poucos. Conseguir terminar o ensino médio com muito esforço e dor de cabeça. Quando cheguei no Centro de Acolhimento 1, fui fazendo alguns cursos (costura, atendente de farmácia, operadora de caixa. Fiz um cursinho pré-vestibular, das 17h às 21h durante a semana. No fim de semana, trabalhava no banco. No meu primeiro mês de trabalho, sai da casa e peguei o beco. Fui morar sozinha, mas sentia falta da convivência, bagunça. O curso da faculdade surgiu através de uma pessoa que admiro muito que é o gestor do Centro de Acolhimento 1, pela administração, trabalho que ele executa e eu decidi seguir esse rumo pela fonte de representatividade e inspiração dele. É uma referência para mim e por eu estar trabalhando para o banco, juntou o útil e agradável (E., entrevista pessoal realizada em fevereiro 2022).

¹⁸ Expressão informal, gíria no qual refere-se que a pessoa pode sofrer uma punição.

4. Apreciação do material recolhido e análise

Há uma dimensão simbólica da vida social a partir dessas experiências, onde os sujeitos constroem suas identidades e, ao mesmo tempo, demarcam diferenças sociais, econômicas, ideológicas, entre outros aspectos. A maioria dessas mulheres são vulneráveis em termos sociais e econômicos, mas optaram por entrar na criminalidade, uso de entorpecentes ou trabalho sexual buscando uma outra opção de vida. Nesse sentido, é por meio das diferentes narrativas que me posiciono em campo e que pretendo compreender suas vozes.

A resistência, que de imediato teve de ser quebrada, tanto por mim quanto por elas, foi sendo superada aos poucos, a cada visita que fazia. Todas me abraçavam e fui vendo aos poucos, que muitas são carentes em termos de afeto e que, pelo simples fato de dar atenção a elas e escutar suas narrativas, me tratavam e queriam bem.

No contexto analisado, um dos aspectos que observei foi a relação com o tráfico, uso de substâncias ilegais e trabalho sexual, exemplificados nesses casos que aqui apresentei. Para estas mulheres, existe uma relação direta com o consumir e o “dinheiro fácil”. Logo, talvez se possa dizer que uma dessas opções é e não é uma questão de escolha. Como me disseram as próprias mulheres, elas têm autonomia de fazer suas escolhas de forma consciente, mas, ao mesmo tempo, reconhecem-se numa situação de vulnerabilidade que as leva a cometer esses atos.

De todo modo, como afirma Theodor W. Adorno (1995), há ainda uma disposição nos dias de hoje, de se sacrificar o momento da autonomia, da liberdade, o ideal de personalidade na formação do eu por uma questão de sobrevivência, necessidade como é o fato das minhas interlocutoras terem sido envolvidas com o trabalho sexual ou prisão. Suas perspectivas de vida muitas vezes limitadas, sendo que, para o senso comum, essas mulheres são vistas e representadas como uma ameaça à sociedade.

Também os depoimentos das mulheres que entrevistei revelam um passado de vulnerabilidade e um cotidiano marcado pela violência, insultos morais (Cardoso de Oliveira, 2002), mas ao mesmo tempo poder, força, resistência, resiliência, superação e luta. Ademais, se a violência já fazia parte de seu cotidiano, passam a ser submetidas a outras formas de violência perpetuada muitas vezes pelos próprios agentes do Estado (que deveriam antes protegê-las), sem que tal chegue a ser denunciado socialmente. Em suas perspectivas de vida após a prisão ou enquanto profissionais do sexo, almejam um novo recomeço, marcado por

sonhos, desejo de uma vida melhor e de estar bem consigo mesmas, construindo uma nova identidade.

Conclui-se, que as legislações em vigor, que deveriam proteger estas mulheres, muitas vezes não as protegem, o que fortalece um ciclo de exclusão, vingança, discriminação e violência. Por outro lado, verifica-se uma dificuldade no acesso aos serviços de saúde e à justiça. Logo, a violência acaba por assumir dimensões e perspectivas distintas, seja na materialização dos corpos, seja na violação de regras e padrões comportamentais. Nesta análise revela-se ainda fundamental ter em conta o modo como os discursos constroem os corpos, a representatividade e as subjetividades dessas mulheres que passaram a violência como um todo (Das, 2010). Portanto, na vida dessas mulheres, há diferentes tipos de violências, sendo importante reconhecer seus significados, valores, seus direitos (se estão ou não a ser respeitados), ideais, conquistas na sociedade na sociedade, espaços de atuação, reconhecimento da sua identidade, digna de direitos igualitários.

5. Referências

- ADORNO, Theodor. “Glosa sobre Personalidade”. 1995. In: Palavras e Sinais: modelos críticos 2. Petrópolis: Vozes.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim. 2022. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021/ São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE.
- BRASIL. 2006. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República.
- BRASIL. 2015. Lei n. 13.104, de 09 de março de 2015. Brasília, março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei n.2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal, e o art. 1º da Lei n.8.072, de 25 de julho de 1990. Presidência da República.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. 2002. Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Garamond – (Coleção Direitos, conflitos e segurança pública).
- DAS, Veena. Listening to voice. 2010. An interview with Veena Das (interview by DiFruscia, Kim Turcot). Alterités, vol. 7, nº 1.
- GEERTZ, Clifford. 1989. A interpretação das culturas. In Descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SALLA, F. 2014. As rebeliões nas prisões: Novos significados a partir da experiência brasileira. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul./dez, pp. 274-307.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 2014. Pode o subalterno falar? Tradução: Sandra Regina Goulart, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. 2ª reimpressão; Belo Horizonte: editor UFMG.